

## Servidores e magistrados comemoram Dia do Servidor Público com homenagem aos colegas que completam 10, 15, 20 e 25 anos de exercício na Justiça Federal da 2ª Região



Cerca de 120 pessoas, entre magistrados, servidores e familiares, lotaram o auditório da sede da Seção Judiciária do Espírito Santo na tarde desta terça-feira, 28, para comemorar o Dia do Servidor Público e homenagear os colegas que este ano completam 10, 15, 20 e 25 anos de exercício na Justiça Federal da 2ª Região.

O evento – que ocorria simultaneamente na Subseção Judiciária de Cachoeiro de Itapemirim – teve início com a mensagem da servidora Gilsea Martins Soares, supervisora da Seção de Arquivo e Depósito Judicial (Seard/NAJ), que

este ano comemora 25 anos de dedicação à Justiça. “Não sei se vou conseguir conter a emoção. Estou muito feliz de ver vocês todos aqui. A Justiça Federal sempre teve o hábito de celebrar. E temos mesmo que celebrar. A vida é muito curta, não sabemos quando vamos embora. E cada um sabe o que fez para estar aqui hoje”, disse, muito emocionada. Em seu texto, carinhosamente preparado para a ocasião, Gil destacou que “a Justiça Federal somos nós: cada um imprimiu a sua singularidade, a sua marca pessoal, a sua essência divina, e a fortaleceu ao longo desses anos. Ela cresceu resistente, mas flexível às inovações e às mudanças, tal como o belo bambuzal verga-se ante o vento. E nós também!”.

Em seguida, o diretor do foro, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, também deixou sua mensagem a todos: “Eu gostaria hoje de agradecer o empenho de vocês todos no dia a dia. Apesar de termos uma boa estrutura de trabalho, nem sempre a Administração nos valoriza. Não temos estímulos remuneratórios. Os Planos de Carreira são cada vez mais reduzidos. Então, precisamos buscar uma forma de motivação, ao menos com uma palavra de agradecimento pelo empenho e comprometimento de cada um de vocês. Eu já conhecia o compromisso dos servidores dos cartórios, mas na direção do foro tive a oportunidade de conhecer de perto também o compromisso dos servidores do Administrativo. Temos uma equipe pequena, setores muitas vezes incompreendidos, mas servidores sempre prontos para fazer o melhor possível. Essa solenidade tem um caráter muito mais simbólico. A gente pega 10, 15, 20, 25 anos da vida de vocês e entrega um papel. Mas esse certificado simboliza o reconhecimento do compromisso de vocês. Aos que não estão completando esse tempo, mas que já deram muita contribuição para a Justiça, sintam-se também homenageados”.

### ***Coral e entrega de certificados***

Após a fala do magistrado, entrou em cena o Coral da Justiça Federal. Vestidos de rosa, em alusão à campanha Outubro Rosa, de prevenção do câncer, os coralistas empolgaram a plateia com pot-pourri de Jair Rodrigues e outros grandes sucessos da MPB, além de inovarem com novas performances, movimentos e óculos divertidos. Regido pela maestrina Hellem Pimentel, e acompanhado pela servidora Fabíola Bortolozzo, nos

teclados, e pelo percussionista convidado, Mafried, o coral se apresentou com os servidores Josélio, Thiagus, Paulo Augusto, Andréa, Mônica, Marilda, Fabíola, Gina, Márcia, Neidy, Sabrina, Creuza, Cida, Edna e Gisele, as quatro últimas convidadas especiais.

Chegou, então, o grande momento: a entrega dos certificados aos homenageados, que ficou por conta do diretor do foro e dos demais juízes federais que prestigiaram a solenidade: Enara de Oliveira Olímpio Ramos Pinto (2ª VF-Cível), Fábio Cesar dos Santos Oliveira (2ª TR/ES) e Iorio Siqueira D'Alessandri Forti (1ª TR/ES), também homenageado por completar 10 anos de exercício da magistratura na 2ª Região.



Como disse Fernando Mattos, “o certificado (...) é uma forma simbólica de agradecimento por tantos anos de dedicação”. E quem estava presente soube dar valor ao reconhecimento, como foi o caso da servidora Maria de Jesus Ninke Araújo (Sedic/NDI), que ficou bastante emocionada ao ser chamada para receber o seu certificado. Tudo porque no próximo ano ela pedirá aposentadoria, após 20 anos de serviço na 2ª Região. Os



mais de 100 colegas presentes ao evento responderam à sua emoção, com calorosos aplausos, muito carinho e animação. O mesmo foi feito com todos os outros homenageados, principalmente aqueles com tempo maior de serviço, como Adilson Maciel da Silva, que completa 25 anos de serviço, e foi ovacionado por sua “torcida” da 5ª Vara Federal Cível e demais colegas da Justiça. Maria José Izoton Alves, ou D. Zezé, como é carinhosamente conhecida, também recebeu muitos aplausos. Para ela, aquele momento era tão importante que ela quis compartilhá-lo com a família. O esposo David, a filha Erika e a neta Anna Catharina estavam lá curtindo com ela a homenagem.

## Como tudo começou

A 'Homenagem por Tempo de Serviço' foi criada na gestão do então diretor do foro, juiz federal Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha, em 2010. Em sua primeira edição, foram homenageados os servidores que completariam, naquele ano, 20 anos ou mais de serviço na Seção Judiciária do Espírito Santo.

No ano seguinte, já na gestão do juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, foram homenageados os servidores que completariam entre 15 e 19 anos.

Em 2012, com a edição da Resolução nº 37, de 15 de junho, da Presidência do TRF da 2ª Região, e, seguindo o alinhamento institucional, a necessidade de valorização dos servidores pelos anos de trabalho dedicados à Justiça Federal da 2ª Região e o disposto no art. 237, da Lei nº 8.112/1990, que prevê incentivos funcionais, além dos já existentes no Plano de Carreira, foram adotadas as regras ali indicadas para homenagear servidores que completam, anualmente, 10, 15 e 20 anos de exercício na 2ª Região, incluindo-se aí os cedidos e requisitados (Art. 10).

Na época em que a resolução foi editada, o TRF2 não tinha servidores com mais de 20 anos de exercício.

A resolução foi adotada nesta Seccional que incluiu na homenagem servidores com 25 e até 30 anos de exercício na 2ª Região, além dos juízes federais.

## 'Mês do Servidor'

O projeto Mês do Servidor é organizado em conjunto pelo Centro Cultural Justiça Federal – Núcleo Regional Vitória (CCJF), e pelos Núcleos de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS) e de Gestão de Pessoas (NGP). Além da homenagem por tempo de serviço, a programação deste ano contou com palestra sobre “Depressão no ambiente de trabalho”, exposição “Cores em Movimento” (do servidor Martins Pena Gusmão, aberta até 7 de novembro) e recital de canções líricas italianas e brasileiras (Duocorde - foto ao lado).



# CORES EM MOVIMENTO



## PINTURAS DE MARTINS PENA GUSMÃO

EXPOSIÇÃO:

DE 23/10/2014 A 07/11/2014  
SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, DAS 12 ÀS 17H



# Cachoeiro de Itapemirim encerra “Mês do Servidor” com palestra de William Douglas

Neste ano, o encerramento das comemorações do ‘Mês do Servidor’, na Seção Judiciária do Espírito Santo, aconteceu na Subseção Judiciária de Cachoeiro de Itapemirim, com a realização da palestra “Inovação na Gestão Pública”, ministrada pelo juiz federal William Douglas (foto à dir.), no dia 29 de dezembro, às 16 horas, na sede daquela subseccional.

Cerca de 70 pessoas, entre juízes, procuradores, servidores e estagiários, participaram do evento, cuja abertura foi realizada pelo juiz federal André Luiz Martins da Silva (foto abaixo), titular da 3ª Vara Federal Criminal de Cachoeiro de Itapemirim. “É para mim uma grande honra singular apresentar o Dr. William Douglas como palestrante desta tarde”. Além de afirmar “ser seu fã, desde os tempos de concurso”, André Martins destacou que William Douglas é um dos mais ilustres e conhecidos



juízes federais do Brasil, conhecido pela alcunha “guru dos concursos” e “pelo seu trabalho à frente da 4ª Vara Federal de Niterói, onde desenvolveu o projeto denominado ‘comunidade que aprende’, vencedor da VI Mostra Nacional de Trabalhos da Qualidade do Poder Judiciário”.

Este projeto foi desenvolvido na 4ª VF-Niterói a partir de 1997, quando o magistrado “realizou a organização e a modernização das práticas processuais no cartório, com atividades de motivação dos servidores e melhoria das condições de trabalho. Tudo com o objetivo, atingido, de promover a celeridade processual e proporcionar um excelente ambiente de trabalho para os servidores e o público externo”, afirmou André Martins.

Filho de mãe cachoeirense, William Douglas, inicialmente, propôs uma avaliação. “Se todos os servidores públicos fossem como eu, como seria o serviço público? Se todos se comportassem como eu me comporto, se todos se dedicassem como eu me dedico, o serviço público ia melhorar ou ia piorar?” Essa percepção permitirá, segundo ele, que ou você tenha orgulho ou tenha uma referência para mudar de comportamento.



## ***Orgulho de ser servidor público***

O trabalho desenvolvido na 4ª Vara Federal de Niterói – “uma vara que começou com 12 mil, chegou a 16 mil e hoje tem 1.500 processos em andamento” – permeou grande parte da palestra. Para ele, o sucesso obtido vem do fato de que “na 4ª Vara todos nós temos orgulho, muito orgulho, de sermos servidores públicos”, além da concepção de que, nele, há um lugar “que depende muito da gente e esse lugar tem que ser legal, esse lugar tem que funcionar”.

## ***Elogios***

O palestrante garantiu que sairia feliz da palestra, “porque o Dr. André fez os mais vazados elogios ao entusiasmo de vocês, à dedicação ao trabalho”.

Ao comentar um vídeo, destacou alguns pontos, como a preocupação em atingir os objetivos (“não ficou preocupado com aquilo que ele não tinha, mas ficou preocupado com aquilo que ele queria”), mesmo com instrumentos pouco adequados, a força de vontade, a garra, o apoio e o incentivo do colega, ter alguém comemorando com você. “Sempre que você não desiste você é premiado. A premiação acaba chegando de algum lugar”.

“Às vezes, a melhor coisa que você pode dar para o seu pai, para a sua mãe, para o seu filho, é justamente essa vitória que você vai mostrar para ele. E nem sempre a vitória é a vitória como a sociedade vê. Você fazer um bom trabalho, você ter orgulho do que você faz, sua ética, sua integridade, isso tudo são vitórias também, são coisas que você passa para a família.”

## ***Gratidão***

“Se você expressa gratidão para as pessoas, se você prestigia as pessoas, faz uma diferença danada. E às vezes a gratidão é só você chegar para as pessoas e dizer ‘obrigado’. Às vezes é alguma coisa simbólica, você pega um bombom e dá para a pessoa e diz: “isso aqui é só simbólico, eu quero dizer que você faz diferença”.

“Gente, isso tem um poder espetacular. Então, eu não sei o que você vai fazer, mas eu sei que você pode escolher coisas para melhorar a sua vida e fazer coisas para melhorar sua vida”.

## **Mensagem final**

“Quero repetir mais uma vez meus elogios pelo dia do servidor público. Dizer que as esperanças de um Brasil melhor, mais justo, mais digno, estão depositadas, em boa parte, em nossas mãos. O nosso trabalho pode trazer mais dor ou mais alívio para as pessoas. A gente nunca sabe o que elas estão passando, mas a gente sabe que a gente pode ter sempre uma intervenção, e essa intervenção vai ser sempre positiva ou negativa segundo aquilo que a gente faz.”

“Eu acredito plenamente na lei da sementeira. Tudo que a gente faz volta multiplicado para a gente. Você faz o bem, vai voltar multiplicado. Se você faz o mal, vai voltar multiplicado. Isso pode ser explicado em termos não religiosos, pela física, Newton, ação e reação, ou pela física quântica que diz que a realidade só existe se existir um observador. O que a física quântica diz é que primeiro você precisa acreditar para as coisas acontecerem.”

“A bandeira desse estado fala ‘trabalha e confia’ (...) a única coisa que eu discordo é que primeiro vem a confiança e depois o trabalho, mas o fato de você trabalhar já é um exercício da confiança, já é acreditar que o seu trabalho faz diferença, e o nosso trabalho faz diferença. Eu posso não mudar a história da Justiça no mundo, no Brasil, mas o processo que eu pego na mão, eu posso mudar a história daquela pessoa. Tem muita gente que (diz) eu quero ver para crer, mas, segundo a física quântica e segundo a Bíblia, você primeiro precisa crer para então ver.”

“Eu sei que eu posso trabalhar que Deus vai me recompensar por todo o bem que eu fizer. Então, seja por um caminho secular, seja por um caminho espiritualizado, o que eu quero desejar é que vocês trabalhem e confiem, que vocês vão alterar a vida de muita gente e, ao alterar a vida de muita gente para o bem, esse bem vai voltar para cima de vocês multiplicado e isso vai ser ótimo para todo mundo.”

Ao final, o juiz federal André Martins agradeceu e afirmou que William Douglas poderia “ter absoluta certeza que, em todos os setores aqui representados, a sua palestra vai render frutos, assim como rendeu em Niterói. Que você continue semeando boas sementes, a influenciar positivamente a vida das pessoas, na relação com os concursos, na administração pública, na administração privada, na espiritualidade, saúde, paz e toda a felicidade do mundo hoje e sempre”.



## **Servidores da Justiça Federal capixaba participam da 3ª Mostra de Práticas Inovadoras da JF do Rio**

Convidada para participar da 3ª Mostra de Práticas Inovadoras da Justiça Federal do Rio de Janeiro, realizada nos dias 13 e 15 de outubro, a Justiça Federal capixaba enviou quatro representantes: os diretores de secretaria Neidy Aparecida Emerick Torrezani (2º Juizado Especial Federal - 2º JEF) e Wladimir Barbosa Aires (1ª Vara Federal de Execução Fiscal) e os supervisores Thiagus Coelho Freitas (Fase de Conhecimento do 2º JEF) e Ronnie Francis Rangel Mariano (Seção de Desenvolvimento de Recursos Humanos e Estágio – Sedpe/NGP).

Foram apresentadas no evento 14 práticas em relação à área judicial e administrativa, bem como a integração entre as duas, com o objetivo de aprimorar a prestação da tutela jurisdicional.

Na opinião de Wladimir Aires, o fato que despertou mais atenção foi “a motivação dos expositores, com trabalhos de cunho empreendedor, utilizando-se de conhecimentos próprios em conjunto com as necessidades do trabalho e/ou a gestão do setor”.



**Thiagus Freitas e Neidy Torrezani (2º JEF-Vitória) com Luciana Elmo, diretora de secretaria da 4ª VF de Niterói, e o juiz federal William Douglas, titular daquela vara e autor de diversas obras nas áreas jurídica, gestão, auto-ajuda e relacionadas a concursos públicos**

# Conciliação em Cachoeiro de Itapemirim nos dias 4 e 5 de novembro

Será realizado nas próximas terça e quarta, dias 4 e 5 de novembro, das 13h às 17h30, na Justiça Federal de Cachoeiro de Itapemirim/ES, mutirão de audiências de conciliação em processos relativos a aposentadorias rurais do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Estão agendadas audiências em 144 processos.

O mutirão é uma realização do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), através do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NPSC2), e da Justiça Federal do Espírito Santo (JFES), por meio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon) e o INSS.

O evento contará com a presença do diretor do NPSC2, desembargador federal José Ferreira Neves Neto.

Nesta quinta, 30 de outubro, o Cescon promoveu em Vitória mutirão de conciliação para solucionar processos de créditos comerciais da Caixa



## Fique atento aos próximos mutirões no Estado

- **INSS (aposentadorias rurais)** => dias 19, 20 e 21, 26 e 27/11 (Justiça Federal de São Mateus)

- **Semana Nacional de Conciliação - Danos Morais (CEF) / Créditos Comerciais (CEF) e Sistema Financeiro da Habitação (CEF/EMGEA)** => dias 24 a 28/11 (Sede da JFES, Vitória)

## No TRF da 2ª Região

Nos dias 3, 4, 5 e 7 de novembro, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) realizará 223 audiências de conciliação em processos judiciais ajuizados na Justiça Federal. O evento tem por foco ações que questionam índices de reajuste da casa própria adquirida pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Durante o mutirão, são realizadas audiências de conciliação simultâneas, conduzidas por juízes federais, na sede do TRF2 (Rua Acre 80, 3º andar, no centro do Rio), das 10h às 17h.

O mutirão de conciliação é promovido pelo Núcleo Permanente de Solução de Conflitos da 2ª Região (NPSC2), vinculado ao TRF2, em parceria com a Emgea (Empresa Gestora de Ativos). A Emgea é a empresa pública responsável pela aquisição de bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da administração pública federal. **Com informações da ACOI/TRF2**

## CONCILIAR É...

- 🗨️ Sair no prejuízo. **#SóQueNão**
- 🗨️ Abrir mão dos seus direitos. **#SóQueNão**
- 🗨️ Ser obrigado a aceitar a proposta sugerida pelo conciliador. **#SóQueNão**
- 👉 Se livrar de um problemão e chegar a um acordo justo para todos.

Conciliar:  
bom para todos.  
Melhor para você.

**#EuConcilio**

fb.com/cnj.oficial



**Mais informações sobre audiências de conciliação na Justiça Federal:  
(27) 3183-5115 e conciliacao@jfes.jus.br**

## Justiça Federal promove XVI Leilão Unificado



A Justiça Federal do Espírito Santo promoverá em novembro seu XVI Leilão Unificado. No dia 06 de novembro, às 13 horas, acontecerá a 1ª Praça e no dia 20 de novembro, no mesmo horário, a 2ª Praça. Ambas serão realizadas no auditório da Seção Judiciária do Espírito Santo (foto) na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1877, Monte Belo, Vitória, ES.

Será uma boa oportunidade de adquirir bens de diversas naturezas por excelentes preços. Serão leiloados imóveis, veículos, móveis, equipamentos eletrônicos, industriais e de ginástica, entre outros. A lista completa dos bens leiloados se encontra no sítio [www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br), link "Transparência Pública", "Leilões".

### **Mais informações podem ser obtidas com os leiloeiros:**

- Hidirlene Duszeiko (27) 0800 707 9272  
E-mail : [atendimento@leiloesjudiciais.com.br](mailto:atendimento@leiloesjudiciais.com.br)  
Site: [www.leiloesjudiciais.com.br](http://www.leiloesjudiciais.com.br)

- Luiz Carlos Lessa Junior (27) 3315-5148 / 99984-2976  
E-mail: [contato@vixleiloes.com.br](mailto:contato@vixleiloes.com.br)  
Site: [www.vixleiloes.com.br](http://www.vixleiloes.com.br)

- Mauro Colodete (28) 3542-3333 / (27) 99955-5000 / (27) 99955-6685 / (28) 99955-5000  
E-mail: [mauro@colodeteleiloes.com.br](mailto:mauro@colodeteleiloes.com.br)  
Site: [www.colodeteleiloes.com.br](http://www.colodeteleiloes.com.br)

ou ainda por meio do Núcleo de Apoio Judiciário (27) 3183-5075 ou 3183-5162.

## **Comissão do XV Concurso para Juiz Federal Substituto da 2ª Região divulga data do resultado da primeira prova escrita\***

O presidente da Comissão Organizadora e Examinadora do XV Concurso para Juiz Federal Substituto da 2ª Região, desembargador federal Guilherme Couto de Castro, torna pública a confirmação da data do resultado da primeira prova escrita, que ocorrerá no dia 05/11/2014, às 16h30, no Plenário do Tribunal Regional Federal da Segunda Região, Rua Acre 80, 3º andar, com transmissão, através de videoconferência, para o Estado do Espírito Santo. \*ACOJ/TRF2

Leia o Comunicado:



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
XV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 2ª REGIÃO

### COMUNICADO

O Desembargador Federal Presidente da Comissão Organizadora e Examinadora do XV Concurso para provimento de cargos de Juiz Federal Substituto de Primeira Instância na 2ª Região torna pública a confirmação da data do resultado da primeira prova escrita, que ocorrerá no dia 05/11/2014, às 16h30 min., no Plenário do Tribunal Regional Federal da Segunda Região, Rua Acre 80, 3º andar, com transmissão, através de videoconferência, para o Estado do Espírito Santo.

Informa ainda que a vista de prova ocorrerá nos dias 06 e 07 de novembro de 2014, nos termos do art. 46 da Resolução nº TRF2 – RSP-2014/00008 de 29 de abril de 2014. De maneira residual, as provas poderão ser acessadas por meio eletrônico com instruções que serão enviadas para o e-mail cadastrado no ato da inscrição preliminar (esta forma pode ser, eventualmente, sujeita à queda de rede, de modo que qualquer dificuldade não reabre os prazos).

Como forma principal o candidato deverá fazer a vista pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, e o horário será de 12 h às 17h, na sede do Tribunal Regional Federal da Segunda Região, sala 304.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2014.

**GUILHERME COUTO DE CASTRO**  
Presidente da Comissão Organizadora e Examinadora  
do XV Concurso para Juiz Federal Substituto da 2ª Região

# Outubro Rosa: “Conversando sobre o câncer” com funcionários das empresas terceirizadas



**Para criar um ambiente favorável a uma conversa, em que os participantes se sentissem à vontade para trocar informações, o evento optou por um formato mais informal**



**O “Conversando sobre o câncer” foi realizado no autório da sede da Justiça Federal, em Vitória. Cerca de 70 funcionários participaram, fazendo muitas perguntas e esclarecendo suas dúvidas.**

Na quinta-feira, 30 de novembro, por iniciativa do Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas, homens e mulheres que cuidam dos serviços de limpeza, copeiragem, mensageria, jardinagem, vigilância, manutenção predial e de computadores foram convidados para o evento “Conversando sobre o câncer”, uma conversa descontraída sobre o tema, conduzida por servidoras da Justiça e complementada com informações valiosíssimas da dentista Solange Amigo Guimarães - especialista em câncer de boca e voluntária da Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer (Afecc), do Hospital Santa Rita.



**Além das informações, todos receberam laços cor de roda em forma de broche. Acima, à direita, os vigilantes carregam o laço no peito, mostrando que também estão vigilantes quando o assunto é prevenção ao câncer**



**O pessoal da mensageria agora tem uma nova mensagem para propagar: o câncer, quando descoberto em sua fase inicial, tem cura!**

De acordo com a doutora Solange, o câncer têm causas intrínsecas (as quais não temos controle sobre elas, mas que temos que vigiar) e extrínsecas, essas passíveis de serem evitadas, além de fatores genéticos responsáveis pela sua propagação.

Dentre as causas extrínsecas estão: álcool, fumo, obesidade, alimentação e sedentarismo. Na alimentação, por exemplo, quanto mais natural for o alimento consumido melhor. “Dê preferência aos produtos orgânicos, na medida do possível, diminua o consumo de carne vermelha e evite alimentos embutidos, como salsichas e presuntos, dentre outros”, recomendou a especialista.



# Fórum Políticas Públicas e Direito Financeiro

## Palestrantes

### Francisco Pedro Jucá

Juiz do Trabalho em SP e Professor Titular da Faculdade Direito de São Paulo

### José Marcos Domingues de Oliveira

Professor Titular de Direito Financeiro - UERJ

### José Mauricio Conti

Juiz de Direito em SP e Professor Associado de Direito Financeiro - USP

### Marcus Abraham

Desembargador Federal no TRF2 e Professor Adjunto de Direito Financeiro - UERJ

### Coordenação:

Marcus Abraham, Desembargador Federal no TRF2

Horas de Estágio pela OAB/RJ

## Público-Alvo

Magistrados Federais, Promotores, Procuradores da República, Professores, Advogados, Operadores do Direito, Servidores do Poder Judiciário, Estudantes de Direito e demais interessados

## Inscrições Gratuitas na EMARF

- PARA MAGISTRADOS FEDERAIS DA 2ª REGIÃO  
Pelo módulo do CAE: [www.trf2.gov.br/emarf](http://www.trf2.gov.br/emarf)
- PARA OS DEMAIS INTERESSADOS  
[www.trf2.gov.br/emarf/corsosemarf.html](http://www.trf2.gov.br/emarf/corsosemarf.html)

## Local: Auditório do TRF2

Rua Acre, 80 - 3º andar - Rio de Janeiro - RJ

12 de Novembro de 2014  
das 14h às 18h

Realização:



Apoio:



Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo

Assista por videoconferência no auditório da Justiça Federal, em Vitória/ES  
(Av. Beira-Mar, 1877, Monte Belo)

## NOTÍCIAS DO CJF

### Inscrições abertas para seminário sobre mediação e arbitragem\*

Começou nesta quarta-feira (29) e vai até o dia 20 de novembro o prazo de inscrição no seminário "Como a Mediação e a Arbitragem podem ajudar no acesso e na agilização da Justiça?". O evento que acontecerá nos dias 20 e 21 de novembro, em Brasília, é promovido pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF) em parceria com a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe).

A proposta do evento é divulgar e discutir no meio jurídico-acadêmico os avanços no acesso e na agilidade da prestação jurisdicional alcançados com a utilização da arbitragem e da mediação, bem como as perspectivas diante da futura aprovação de um marco legal da mediação e de alterações na atual lei de arbitragem que ampliarão o seu campo de aplicação.

Na programação preliminar do evento – coordenado pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça, Luis Felipe Salomão – está prevista a participação de ministros, acadêmicos e advogados nos painéis e conferências, que discutirão os temas controvertidos que envolvem mediação e arbitragem, além dos aspectos gerais do marco legal da mediação.

O seminário é destinado a magistrados, professores universitários, estudantes, entidades relacionadas ao tema, membros do Ministério Público Federal e Estadual, da Defensoria Pública, da Procuradoria-Geral da República, da Advocacia-Geral da União, da Ordem dos Advogados do Brasil e demais profissionais da área jurídica.

São 250 vagas disponíveis. Aos participantes que registrarem, no mínimo, 80% de frequência, serão emitidos certificados. As inscrições podem ser feitas pelo site [www.cjf.jus.br/cjf/eventos](http://www.cjf.jus.br/cjf/eventos). Para outras informações, entre em contato pelo e-mail [codep@cjf.jus.br](mailto:codep@cjf.jus.br) ou pelos telefones (61) 3022-7258/7241. \*Assessoria de Comunicação Social do CJF

# Plano estratégico da Justiça Federal para 2015-2020 está disponível para consulta\*



O Plano Estratégico da Justiça Federal para o ciclo 2015-2020 – aprovado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) no dia 17 de outubro – já está disponível para download e consulta. A preparação do documento teve início em junho de 2013 e foi finalizada antes do VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, evento anual que estabelece as metas para 2015 e 2016 e iniciativas nacionais, de acordo com os macrodesafios do Poder Judiciário para o período de 2015 a 2020.

Elaborado de forma colaborativa pelo Comitê Gestor do Planejamento Estratégico da Justiça Federal com a participação de magistrados e servidores dos cinco tribunais regionais federais, o Plano Estratégico aponta os caminhos a serem trilhados para se obter uma justiça mais efetiva e transparente perante a sociedade. No texto, são apresentados o mapa estratégico, os macrodesafios, a missão, a visão de futuro, os valores e os cenários, bem como os objetivos, os indicadores, as metas e as iniciativas.

Leia no [www.jf.jus.br](http://www.jf.jus.br) a íntegra do Plano Estratégico da JF. \*Assessoria de Comunicação Social do CJF

## NOTÍCIAS DO CNJ

### VIII Encontro Nacional terá espaço para debater aprimoramento do PJe\*

Divulgação/CNJ

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai colher sugestões de usuários do Processo Judicial Eletrônico (PJe) para aprimorar o funcionamento do sistema. O espaço será aberto no VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, que vai reunir, nos dias 10 e 11 de novembro, em Florianópolis (SC), os presidentes e corregedores dos 91 tribunais brasileiros.

O painel será realizado no segundo dia do encontro (11/11), às 14 horas, no Centro de Eventos da Associação Catarinense de Medicina (ACM). Na primeira parte dos trabalhos, juízes, servidores e advogados poderão discutir o estágio de implantação do PJe e os projetos para 2015.

O segundo bloco está reservado para ouvir usuários internos e externos ao Judiciário, para que exponham suas expectativas em relação ao processo judicial eletrônico. As inscrições deverão ser feitas previamente, no local do evento, e o tempo será dividido de acordo com o número de inscritos.

O PJe é um sistema desenvolvido pelo CNJ em parceria com os tribunais e a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para a automação do Judiciário. A ferramenta possibilita a prática de atos processuais e acompanhamento das ações em qualquer ramo do Judiciário (Estadual, Federal, Trabalhista, Militar e Eleitoral).



**Evento** – O Encontro Nacional do Poder Judiciário é realizado anualmente pelo CNJ com o objetivo de debater a adoção de medidas concretas para aprimorar a prestação jurisdicional aos cidadãos. Na edição deste ano, os representantes de todas as Cortes brasileiras vão analisar a atual situação do Judiciário, com base no Relatório Justiça em Números 2014, e a partir daí traçar metas a serem perseguidas em 2015 e 2016.

**Credenciamento** - Jornalistas e profissionais de imprensa interessados em fazer a cobertura do VIII Encontro Nacional devem se credenciar pelo portal do CNJ até 7 de novembro. Basta preencher o formulário disponível no link do evento, informando nome, veículo de comunicação para o qual o jornalista fará a cobertura, telefone e e-mail para contato. Clique aqui para acessar.

#### Serviço:

#### VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário

Data: 10 e 11 de novembro

Local: Florianópolis/SC

\*Agência CNJ de Notícias

## Justiça Federal e Estadual julgam 74.186 processos de corrupção nos primeiros sete meses de 2014\*

Juntas, a Justiça Estadual e Federal julgaram 74.186 processos sobre corrupção nos primeiros sete meses de 2014, de acordo com dados enviados pelos tribunais ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em relação ao cumprimento da Meta 4 do CNJ, cujo alvo é o julgamento de processos envolvendo corrupção. A Justiça Federal está obtendo um bom cumprimento da meta: 75,83% em relação às ações distribuídas até 2011, com o julgamento de 15.474 processos sobre o tema, e 100% em relação aos processos ajuizados em 2012, julgando 8.057 processos desse tipo. Já a Justiça Estadual cumpriu 35,77% da meta de combate à corrupção, julgando 50.655 processos envolvendo improbidade administrativa e crimes contra a administração pública.

A Meta 4 do CNJ estabelece que os tribunais identifiquem e julguem até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública. No caso da Justiça Estadual, da Justiça Militar da União e dos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, a meta se aplica às ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012. Já na Justiça Federal e no Superior Tribunal de Justiça (STJ), é em relação a 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011 e a 50% das ações distribuídas em 2012.

A improbidade administrativa se caracteriza por dano ao Erário, enriquecimento ilícito e violação aos princípios administrativos. A Lei de Improbidade Administrativa (8.429/1992), define o ato de improbidade administrativa como “auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades pública”. As ações de improbidade se referem, por exemplo, a um funcionário que recebeu dinheiro ou qualquer vantagem econômica para facilitar a aquisição, permuta ou locação de um bem móvel ou imóvel, a contratação de serviços pela administração pública, ou ainda a utilização de veículos da administração pública para uso particular.

Enquanto as ações de improbidade administrativa correm na esfera cível, os crimes contra a administração pública pertencem à esfera criminal. Entre os crimes contra a administração estão, por exemplo, o exercício arbitrário ou abuso de poder, a falsificação de papéis públicos, a má-gestão praticada por prefeitos e vereadores, a apropriação indébita previdenciária, a lavagem ou ocultação de bens oriundos de corrupção, o emprego irregular de verbas ou rendas públicas, o contrabando ou descaminho e a corrupção ativa, entre outros.

**TRFs** – Entre os processos julgados pela Justiça Federal, 13.114 se referem a crimes contra a administração pública e 2.360 tratam de improbidade administrativa. Nos primeiros sete meses de 2014, o destaque nesse tipo de Justiça foi o Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, que abrange os estados da Região Sul e julgou 8.196 ações, sendo que 2.149 resultaram em condenações. Com esse resultado, o tribunal já cumpriu 85,3% da meta em relação aos processos ajuizados até 2011, e 102,9% em relação às ações distribuídas em 2012. Já o TRF da 5ª Região, que abarca os estados do Nordeste, julgou 5.127 processos de corrupção, sendo que 705 resultaram em condenações. O TRF da 2ª Região, que corresponde aos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, julgou 6.334 processos de corrupção até julho de 2014. Os TRFs da 1ª Região e da 3ª Região não prestaram informações para o CNJ sobre a meta.

**Nos estados** – Na Justiça Estadual, o alvo era julgar os 86.418 ajuizados até o fim de 2012. A Justiça Estadual cumpriu 35,77% da meta de combate à corrupção, julgando 50.655 processos sobre o tema. Em relação à improbidade administrativa, a Justiça Estadual cumpriu 32,17% da meta, julgando 14.177 processos; em relação aos crimes contra a administração pública, foram julgados 36.478 processos, resultando no cumprimento de 37,64% da Meta 4 até julho de 2014. O STJ julgou 7.085 processos de corrupção, sendo que 5.350 já receberam julgamento de mérito. A Corte julgou 79% dos processos de corrupção ajuizados até 31 de dezembro de 2011. Quanto à meta de julgamento de 50% das ações distribuídas em 2012, o STJ já atingiu 119% de cumprimento.

Entre os Tribunais de Justiça (TJs), o maior percentual de cumprimento até agora é do TJ de Alagoas (TJAL), que já atingiu 93,04% da meta, tendo julgado 1.687 processos, sendo 204 com condenações. O TJ do Rio de Janeiro (TJRJ) cumpriu 22,42% da Meta 4, julgando 3.257 processos, e o TJ do Rio Grande do Sul (TJRS) cumpriu 57,80%, julgando 2.111 processos, sendo que 511 já resultaram em condenações. Em sete meses, o TJSP cumpriu quase metade da Meta 4: 49,14%. Julgou 14.394 processos, sendo 7,3 mil com resolução de mérito e, destes, houve condenações em 248 ações. No TJ do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) o percentual de cumprimento é significativo (70,73%), com 1.909 processos julgados, e 807 resultaram em condenações. \*Luiza de Carvalho - Agência CNJ de Notícias

## Especialista defende Judiciário à frente do combate à litigância excessiva\*

Divulgação/CNJ

O Poder Judiciário e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) devem liderar um processo institucional para reverter o excesso de litigância e os altos índices de congestionamento de processos. O esforço é essencial para se evitar “um colapso do Poder Judiciário”, segundo o professor André Ramos Tavares, especialista em Poder Judiciário e palestrante convidado do VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, que será realizado nos dias 10 e 11 de novembro em Florianópolis/SC.



De acordo com o especialista em Direito Constitucional, o Judiciário e especialmente o CNJ devem exercer um “papel pedagógico” em convencer a sociedade de que

nem todo conflito precisa ser levado à Justiça. Os números mais recentes apontam que uma confusão conceitual tem induzido a sociedade a promover a litigância crescente no país. Em 2013, 28,3 milhões de novas ações judiciais ingressaram na Justiça – 1,2% a mais que no ano anterior.

“O acesso à Justiça sempre foi uma questão histórica, pois no passado efetivamente não havia acesso à Justiça, nem mesmo à sua versão mais reduzida, de acesso ao Judiciário. Com a redemocratização, chegamos a uma confusão entre acesso à Justiça e judicialização de qualquer discussão, de qualquer desentendimento. Acesso à Justiça não é levar toda a sociedade para dentro do Poder Judiciário. Isso é cultura do conflito. A solução é institucional e o CNJ tem de estar à frente do processo pedagógico de difundir a cultura das soluções não judiciais”, afirmou o professor, que integra os corpos docentes da Universidade de São Paulo (USP), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e da Universidade de Bari, na Itália. Pessoas físicas, no entanto, não são as únicas responsáveis pela litigância.

Ao recorrer em processos que envolvem benefícios previdenciários e o Direito à Saúde, por exemplo, o Estado também contribui para a cultura do litígio e uma de suas principais consequências, a chamada taxa de congestionamento (percentual de processos não julgados no universo de ações judiciais em tramitação), institucionalizando-as. Como a Justiça conseguiu julgar apenas 29% dos 95 milhões de processos que tramitaram em 2013, a taxa de congestionamento naquele ano foi de 70,9% – aumento de 0,9% em relação ao ano anterior. Na avaliação do especialista, “há, nesse quadro, um incentivo a alguns segmentos sociais e empresariais a fazerem uso desse modelo como forma de fuga de suas imediatas responsabilidades, reforçando a cultura do conflito, da judicialização e do congestionamento judicial”.

Segundo Ramos Tavares, o esforço institucional para mudar a cultura da litigância na sociedade brasileira ajudaria a reduzir a taxa de congestionamento à medida que diminuiria o número de ações propostas e, consequentemente, o percentual de processos não julgados. As estatísticas, no entanto, apontam para um diagnóstico pessimista, segundo o professor, com propostas que podem apresentar possíveis implicações negativas ao Estado Democrático de Direito, como a desconsideração de garantias fundamentais. O número de processos em tramitação em 2013 (95,1 milhões) é 12 milhões superior ao registrado em 2009.

“A situação tende a piorar. Já estamos chegando perto de 100 milhões de processos em tramitação na Justiça, com defasagem estrutural e de modelos inovadores. Seria preferível agir imediatamente, em vez de aguardar o ponto de colapso, pois a crise maximizada potencializa medidas que podem ser desfavoráveis a direitos processuais e até fundamentais, como o direito à defesa e ao contraditório e ao livre exercício de posições processuais”, disse Ramos Tavares.

**Credenciamento** – Jornalistas e profissionais de imprensa interessados em fazer a cobertura do VIII Encontro Nacional devem se credenciar pelo portal do CNJ até 7 de novembro. Basta preencher o formulário disponível no link do evento, informando nome, veículo de comunicação para o qual o jornalista fará a cobertura, telefone e e-mail para contato. Clique aqui para acessar. Serviço: VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário Data: 10 e 11 de novembro Local: Florianópolis/SC Veja a programação. \*Manuel Carlos Montenegro Agência CNJ de Notícias